Boletim da
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Outubro/Novembro de 2007 - nº 89

Anteprojeto de lei do Senado para combate à pirataria

O anteprojeto de lei do Senado que altera a legislação dos direitos autorais e da propriedade industrial foi objeto de debates no último almoço mensal da ABPI, realizado dia 24 de outubro em São Paulo. O presidente da ABPI, Gustavo S. Leonardos, fez uma apresentação introduzindo o tema que foi objeto de ampla exposição pelo diretor jurídico da ABES, Manoel Antonio dos Santos. **Página 4**



Da esquerda para direita: José Carlos Tinoco Soares, Herlon Monteiro Fontes, Gustavo S. Leonardos, Manoel Antonio dos Santos, Juliana B.L. Viegas e Fabiano de Bem da Rocha.

Crítica à Resolução 163 do INPI

"A Resolução 163 expedida para atender à OAB/RJ é apenas cosmética", diz o presidente da ABPI. **Página 3**

Última audiência pública

Única representante do setor privado, a ABPI integrou a mesa dos trabalhos da audiência pública sobre o anteprojeto de lei de combate à pirataria, promovida pela Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, do Senado Federal, realizada dia 31 de outubro. Depois dessa audiência, a elaboração do projeto de lei será concluída nos próximos meses. **Página 8**

ABPI realizará nova eleição

Em vista de a chapa candidata ao Comitê Executivo e Conselho Diretor da ABPI para o biênio 2008-2009 não obter o mínimo de votos necessários, na Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 22 de novembro, no Rio de Janeiro, será iniciado novo processo eleitoral. **Página 9**

A nova sede da ABPI

Inaugurada sua nova sede, no dia 22 de novembro, a ABPI começou a funcionar a partir de 3 de dezembro na rua da Alfândega, 108, 6º andar, no centro do Rio de Janeiro. O novo telefone é (21) 2507-6407 e o novo fax é (21) 2507-6411. Com instalações mais amplas (264 m²), tem sala de reuniões e o auditório José Carlos Tinoco Soares. **Página 10**

Medalha EMERJ a diretores da ABPI



Foto: Rosane Naylor Pereira

O desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, diretor-geral da EMERJ e os homenageados da ABPI, página 9

O anteprojeto de lei de combate à pirataria do Senado Federal

As propostas de alterações relativas aos direitos de propriedade industrial e as alterações no direito autoral foram apresentadas com detalhes no último almoço mensal da ABPI, realizado dia 24 de outubro em São Paulo

O presidente da ABPI, Gustavo S. Leonardos, fez uma introdução sobre aspectos da propriedade industrial do anteprojeto de lei de combate à pirataria do Senado Federal que modifica artigos do Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Propriedade Industrial, Lei de Direito Autoral e a Lei de Software; e Manoel Antonio dos Santos, diretor jurídico da Associação Brasileira das Empresas de Softwares - ABES, que realizou uma exposição abordando aspectos relativos ao direito autoral, do anterojeto.

O anteprojeto do Senado, objeto dos debates, resultou de duas propostas: uma elaborada pela ABPI em conjunto com outras entidades, como a Associação Brasileira das Empresas de Softwares - ABES, Associação Brasileira dos Produtores de Discos - ABPD e Motion Pictures Association - MPA, no âmbito do Conselho Nacional de Combate à Pirataria - CNCP, e outra da Procuradora de Justiça do Rio de Janeiro, Lilian Pinho, na parte sobre o Código Penal e Processo Penal para apresentar o anteprojeto.

Depois de conversar com o presidente do CNCP, Luis Paulo Barreto, a ABPI encaminhou o anteprojeto para o Senado Federal, através da Comissão de Educação e de Ciência e Tecnologia que vem debatendo a questão da pirataria. O presidente da ABPI já havia participado de audiência pública com membros do CNCP, em maio de 2006, "quando surgiu a idéia de esta comissão do Senado apresentar um projeto de lei", contou Gustavo S. Leonardos. "O Senado Federal requisitou, naquela época, há quase dois anos, o projeto em discussão no CNCP, e o Ministério da Justiça enviou um relatório semestral para o Senado, pois não havia ainda um acordo sobre o texto final do anteprojeto."



Manoel Antonio dos Santos

O anteprojeto do Senado

Na parte que trata da propriedade industrial, o anteprojeto leva em conta o PL 333/99, de Antonio Kandir, que aumenta as penas em matéria de propriedade industrial, igual ao direito autoral, e já previa a destruição dos produtos apreendidos e descrição por amostragem. Quanto ao PL 333, Gustavo S. Leonardos ressaltou que, em novembro de 2005, o Boletim da ABPI nº 71 noticiou a reunião em Brasília dos deputados Julio Semeghine, Julio Lopes, Luiz Antonio de Medeiros e Vanessa Grazziotin, com representantes do Ministério da Justiça e de entidades privadas, inclusive a ABPI, com o então presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, quando pediram a inclusão na pauta de votações do PL 333 que já havia passado pela Câmara e pelo Senado, faltando a aprovação do plenário da Câmara.

Recentemente, o Ministério da Justiça comunicou ao presidente da ABPI que gestões serão retomadas junto ao atual presidente da Câmara, para que o PL 333 seja encaminhado ao plenário. "Na parte de propriedade industrial foram inseridos textos contidos nas resoluções da ABPI, isso no âmbito do CNCP, mas no momento do encaminhamento para o Senado Federal", esclareceu o presidente da ABPI, "o texto foi enxuto, ficando apenas os artigos essenciais, e itens de natureza processual foram retirados, mas ainda constam do projeto em discussão no CNCP."

Indenização

"Um dos pontos importantes na parte de propriedade industrial referese à falta de uma efetiva indenização", avaliou Gustavo S. Leonardos. "A exigência do Judiciário de um nexo causal entre o prejuízo sofrido pelo titular do direito e o ilícito torna quase impossível a obtenção de uma indenização devida por ser literalmente impossível demonstrar o quanto. O mundo informal não tem livros contábeis para verificação, é preciso que a lei torne certa a presunção de dano, conforme inserida na proposta. Nos casos de violação de direito de propriedade industrial, o dano é certo pelo simples fato do ilícito, e a partir daí, sim, a indenização devida será determinada pelos critérios do Código de Propriedade Industrial."

"Foram definidos critérios, igualando às três mil vezes o preço pelo qual estiver valendo o produto original no direito autoral, quando indeterminado o quanto dos prejuízos, e a indenização punitiva sugerida que ficasse entre três a dez vezes. Foi inserida a agravante no caso de o crime ser cometido por quadrilha; a pena alternativa da suspensão do direito ao exercício de comércio, pelo prazo de um mês a dois anos, ou de dois a oito anos, na reincidência (§ único do art. 196 do Código de Pro-

priedade Industrial), e o aumento das penalidades, agravando a pena, se o crime do contrabando ou descaminho do Código Penal se destinar à violação de propriedade industrial ou direito autoral. A possibilidade de o INPI apropriar-se contabilmente de suas receitas, antigo pleito da ABPI, foi colocada no Código de Propriedade Industrial. "

"A proposta da dra. Lilian Pinho é de que todos os crimes fossem de ação penal pública sempre, mas não consta do anteprojeto, pois acabou prevalecendo a tese da ABPI que adotou um meio-termo, nos casos de violação aos direitos de propriedade industrial ser tratada através de ação penal pública, ou seja, procurando direcionar o Ministério Público às apreensões ocorridas em portos, fronteiras e aeroportos."

Ao concluir, Gustavo S. Leonardos anunciou que a ABPI será o único representante da iniciativa privada a participar da audiência pública no Senado Federal, no dia 31 de outubro. "Tive a oportunidade de convidar, e o Senado aceitou, o desembargador André Gustavo, autor de livro sobre indenização punitiva, objeto de sua apresentação. Isso é importante porque a nota técnica feita pelo Senado Federal diz claramente que o Poder Judiciário não concede nunca a indenização punitiva, quando hoje já existem hipóteses de indenização punitiva, acórdãos que se referem a ela."

Direito autoral

Manoel Antonio dos Santos, mestre em direito constitucional, membro do CNCP, e diretor jurídico da ABES e da Entertainment Software Association, abordou as alterações relativas ao direito autoral no anteprojeto de lei e comentou sobre a última audiência pública no Senado Federal, em 25 de setembro de 2007.

Ele disse conhecer há uma década e meia a responsabilidade e a forma profissional com que a ABPI desenvolve seus trabalhos e iniciou sua exposição citando a nota técnica 833/2007, que acusa o encaminhamento à consultoria da **STC nº 200706709** pela Comissão de Educação para que fosse elaborado projeto de lei visando a tipificar condutas relativas à violação de direitos autorais, com as duas propostas recebidas. A primeira proposta, de autoria da Procuradora de Justiça Lilian Pinho, promovia alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998; a segunda, de autoria do Senhor Gustavo Leonardos, trata de modificar o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei nº 9.609, de 1998, a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Na mesma oportunidade, a Secretaria da Comissão recomendou que as duas propostas fossem reunidas numa só. "O Gustavo liderou as reuniões", afirmou Manoel Antonio, "produzindo um documento consistente enviado ao CNCP, que fez um extrato, contendo artigos do Código de Processo Penal."

Alterações mais importantes

Segundo Manoel Antonio, as alterações mais importantes no projeto do Senado são:

- os crimes tipificados nos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 da lei 9.609/98 deixam de ser ação privada e passam a ser pública, conforme inciso III do parágrafo 3º do art. 12;
- elevação da pena mínima para a *sui generis* de dois anos e dois meses para afastar ou eliminar a suspensão condicional do processo em crimes contra a propriedade intelectual;
- fixação de uma indenização mínima visando eliminar a "pirataria doméstica, em ME e em EPP";
- alterações no Código de Processo Penal para permitir a simplificação dos autos de depósito e dos laudos periciais (por amostragem);
- nomeação das associações como depositárias.

Manoel Antonio dos Santos citou uma das ressalvas da nota técnica, que é a pena mínima de dois anos e dois meses para violação de direito de autor, por exemplo, visando evitar as sistemáticas suspensões condicionais de processo que o juízes têm decretado por causa da pena mínima que permite. Com dois anos e dois meses, afastaria esse risco.

O palestrante explicou a insistência em estabelecer uma indenização mínima por violação de direito autoral. "Imaginem um escritório de contabilidade que tem um 386 e um 486 funcionando com *software* pirata. Uma ação com honorários de advogado, peritagem, não sai por menos de 25.000 reais, e a indenização máxima que se consegue é de três vezes o valor da licença de uso, ou seja, 4.000 a 5.000 reais no máximo. Então se fez uma ação de 25.000 reais e recuperou 5.000 reais. Se tiver uma pena mínima, o sujeito se desestimula a usar a obra, com medo porque, se for pego, vai doer no bolso no mínimo 35.000 reais.

Manoel Antonio dos Santos relatou a audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal, convocada pela senadora Mariza Serrano e presidida por Cristovam Buarque, além dos senadores Flávio Arns, Geraldo Mesquita Jr., Romeu Tuma e Marco Maciel. Colocou à disposição dos interessados suas anotações sobre o que falaram os senadores e o sumário de ata. Comentou que o senador Geraldo Mesquita defendeu os direitos da pirataria, os camelôs são vítimas, que os preços do *software*, da música, do filme são



Da esquerda para direita: José Carlos Tinoco Soares, Herlon Monteiro Fontes, Gustavo S. Leonardos, Manoel Antonio dos Santos, Juliana B.L. Viegas e Fabiano de Bem da Rocha.

muito elevados. A senadora disse que gostaria de ouvir usuários e receber sugestões, inclusive dos jovens que utilizam música, ajudando a elaboração da lei.

O senador Romeu Tuma foi simpático ao projeto e falou das experiências como secretário da Receita Federal, quando criou uma delegacia especializada para tratar do tema.

Abertos os debates, Manoel Antonio se pronunciou, dizendo que o projeto merece um aperfeiçoamento e pode ser modificado, mas o setor de *software* teria muito para comemorar, se o projeto fosse aprovado no estágio atual, pois daria ao titular do direito de *software* uma proteção muito mais ampla do que temos hoje.



Enquanto o palestrante estava em trânsito, o presidente da ABPI fez uma introdução ao anteprojeto de Lei sob a ótica da propriedade industrial.

Debates

José Carlos Tinoco Soares: Defendeu o reaproveitamento dos produtos apreendidos, citando o artigo 184, § 6 do anteprojeto de lei do Senado, que determina o aproveitamento de tudo o que foi apreendido em benefício e uso comum. Ele disse que "o Poder Judiciário costuma apreender armas, munições e equipamentos, e às vezes são destruídos, quando poderiam ser reaproveitados.para o aparelhamento da Polícia".

Manoel Antonio dos Santos: O projeto diz: *tudo aquilo que for reaproveitável será reaproveitado, seja revertendo para a entidade de classe, para o próprio Estado ou para a administração pública.* Esse cuidado o projeto da ABPI preserva.

Gustavo S. Leonardos: Há uma interpretação diferente. O § 6º fala dos bens, equipamentos e aparelhos utilizados na produção e distribuição, e não os bens em si. Há casos, por exemplo, de tênis que causam lesões aos usuários, problemas no tornozelo, nos tendões. Se os bens forem distribuídos, de quem será a responsabilidade? Quanto às armas, aos insumos, equipamentos e aparelhos usados na produção e distribuição, esses, o governo se apropriaria e daria destino adequado. Há a cautela para não perpetuar a lesão ao titular dos direitos e a proteger os consumidores.

Manoel Antonio dos Santos: O artigo 530 diz que o juiz, ao prolatar a sentença, determinará a destruição dos bens ilicitamente produzidos e os equipamentos utilizados serão perdidos em favor da Fazenda Nacional, que deverá destruí-los ou doar a Estados e municípios, instituições públicas de ensino e pesquisa, ou incorporá-los ao patrimônio da União. Na minuta vigente hoje, os equipamentos, o Estado aproveita, os bens apreendidos, serão destruídos.

Mauro (Mercado Livre): A mesma parceria mencionada fica disponível a qualquer associação ou titular de direitos de propriedade intelectual que peça a remoção de produtos considerados suspeitos, do *site* Mercado Livre. Minha preocupação refere-se ao artigo 184 A do Código Penal, e seu equivalente na Lei de Software, e ambos trazem uma redação que eu entendo ser exagerada, ao trazerem a responsabilidade penal não só ao *site* como o Mercado Livre, como também aos demais veículos como jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão que, na maior parte das vezes, não têm como aferir se o produto ou se a oferta são lícitos ou ilícitos. Observo também que o Legislativo brasileiro, há décadas, retirou do Código Penal os aspectos penais de propriedade industrial, levando para lei específica. A redação do artigo 184 A traz de volta ao Código Penal aspecto de propriedade industrial, citando expressamente a lei 9.279, contradizendo o atual sistema legislativo. Seria interessante criar um artigo equivalente, se for essa a intenção, dentro da Lei de Propriedade Industrial.

Manoel Antonio dos Santos: O texto está em debate, haverá uma segunda audiência pública, a ABPI vai participar. Se tiver sugestões, encaminhar ao dr. Gustavo, e no momento da apresentação da ABPI na audiência, seria o momento de apresentar aperfeiçoamentos propostos, inclusive esse da responsabilidade dos meios de comunicação.

Gustavo S. Leonardos: Hoje, 75% de toda a pirataria e contrafação vêm do exterior e normalmente há contrabando e descaminho. Sendo a violação aos direitos agravante desses crimes, o Ministério Público poderia agir também, dentro dessas hipóteses. Com relação aos CDs, DVDs, a mídia virgem, ela vem hoje toda por contrabando. Toda a mídia que entra no país, entra violando direito de patentes. E hoje a ação é meramente privada. Normalmente vem subfaturada, sonegam impostos, então, pelo artigo 334, a ação passaria a ser pública.

Fabiano de Bem da Rocha: Quero destacar a questão da certeza do dano, do artigo 208, quando a ofensa não deixa ser presumida e passa a ser

concreta, e aí se apuram os prejuízos. E se suplanta a jurisprudência construída sobre a necessidade de provar o prejuízo numa ação por violação ao direito de propriedade industrial, em razão até mesmo do artigo 460 do Código de Processo Civil que proíbe a sentença condicional. Observo, também que no artigo 527 diz que a diligência de busca e apreensão poderá ser realizada de ofício, pela autoridade policial fazendária, a requerimento das associações de titulares de direito de propriedade industrial. Fico em dúvida até que ponto haveria legitimidade para isso, se isso não fere o artigo 129 da Lei da Propriedade Industrial, que trata do direito da propriedade industrial como direito de âmbito privado. Até que ponto o direito privado pode ser superado num momento que se permite que a diligência de busca e apreensão poderia ser repassada para um terceiro.

Na hipótese de crime de ação privada, haveria novo prazo de decadência que seria em razão da intimação pelo juízo do recebimento dos autos do inquérito concluído (artigo 529). Não está havendo remoção do que diz o artigo 524 e seguintes até o artigo 529, com relação ao procedimento judicial de busca e apreensão, preparatória de ação penal, e que hoje o artigo 529 trata explicitamente de um prazo de trinta dias. Não seria interessante colocar que, além da hipótese de se prever um prazo de decadência de sessenta dias da conclusão do inquérito e o seu recebimento pelo juiz, também manter-se o prazo de trinta dias do recebimento, na verdade, da homologação do laudo, numa medida preparatória de busca e apreensão?

Manoel Antonio dos Santos: Em relação ao direito de autor, a lei 9.610 já prevê o poder da associação de autores e dos titulares de obras de representá-los em juízo. Não me parece que isso seja reproduzido na lei 9.279 de propriedade industrial. Bastaria esse dispositivo para dar legitimidade ao pedido de busca e apreensão feito pela associação, ou teríamos que alterar a lei 9.279 para incluir o poder de representação dos titulares das marcas da propriedade industrial pelas associações que os representam.

Gustavo S. Leonardos: Há uma questão tormentosa quanto à possibilidade de a autoridade policial fazer a busca e apreensão *ex oficio*. É polêmico. Lembro quando o Miguel Reale falou para a ABPI: não poderíamos fazer nada a respeito da situação atual porque, se em direito penal tratamos de um ponto específico e não do conjunto daqueles crimes especificados, esse ponto específico recebe um tratamento desproporcional em relação aos demais e esse tratamento desproporcional, em tese, seria vedado pela Constituição. Dizia então Miguel Reale, a violação de marca vai ficar mais penalizada do que dar uma facada em alguém. Por outro lado, reequilibrar todo o Código Penal é um trabalho muito superior ao que estamos pretendendo atualmente. E não fazer nada em nossa área seria um desastre, tendo em vista a situação de inefetividade dos direitos. Por isso, recorremos às penas alternativas, como a suspensão do exercício do comércio, as multas, a indenização punitiva. Isso evita a desproporção demasiada e evita a promiscuidade entre criminosos de menor e maior potencial ofensivo.

Manoel Antonio dos Santos: A mensagem básica é: aumentar a pena no setor de *software*, não é porque um ano é pouco de cadeia. Temos experiência de buscas e apreensões em flagrante. Nós monitoramos a região central, desde 1989. Tem pessoas nossas inspecionando as ruas, e apreendendo produtos piratas todos os dias. O efeito de quinze ou dez dias atrás das grades é arrasador. O cara desaparece da Santa Efigênia e arredores. Se tivesse a certeza de que vai ser dez dias no cadeião, não tivesse a instrução do processo, trocaríamos os dois anos pelos dez dias. Não se aplica o mecanismo da suspensão do processo em crimes contra a propriedade imaterial. Trocaria pelo aumento da pena.

Mauro Arruda: Poderíamos aproveitar o momento para adequar as penas, em matéria de propriedade intelectual, para superar os problemas da 9.099. Sempre tivemos isso nas legislações anteriores, geridas pelos crimes, com rito próprio, pelos crimes do juízo singular. Depois da lei 9.099, surgiram as dificuldades principalmente na parte técnica, porque tudo cai no juízo de causas especiais, pequenas causas. Em São Paulo, por exemplo, só se trabalha com o Instituto de Criminalística – IC. E qualquer laudo demora no mínimo um ano, dois e até três anos.

Gustavo S. Leonardos: O problema hoje é que não há um único caso de alguém que tenha cumprido a sentença penal condenatória. Hoje não há certeza de qualquer efetividade de pena privativa de liberdade. O que precisamos é de uma certeza qualquer de uma efetividade no caso de infração. Não podemos ter casos em que estrangeiros estão sendo processados pela quarta vez pelo mesmo crime, sem nunca ser presos.

Herlon Monteiro Fontes: Durante mais de trinta anos de exercício da advocacia de propriedade industrial, só tive um caso de condenação. Ainda assim, o processo demorou tanto que a proteção punitiva caiu na prescrição. O que me preocupa nesses projetos é o fato de não se poder transigir na ação penal pública em propriedade intelectual por ser pública. Gostaria de ouvir o dr. Manoel.

Manoel Antonio dos Santos: No setor de *software* idealizamos uma hierarquia: quando há pirataria dentro de corporações, ou dentro de uma residência, para uso próprio, a ação é de natureza privada. Quem quiser punição toma a iniciativa, faz a ação de natureza privada e tem a chance de se compor. Quando tem a pirataria para fins de comércio, o camelô da esquina, o *stande center*, dentro do jornal ou na Internet, o Estado pode agir, independente da nossa representação. Um laboratório foi encontrado no centro da cidade de São Paulo, com 38 duplicadores. A polícia foi lá, constatou, apreendeu, chamou a ABES para fazer o relatório sumário, invocou o perito do IC, para o laudo e fundamentar o flagrante. Provavelmente, se fosse 100% de ação privada, aquela operação não teria acontecido porque nós nem sabíamos do fato.

Gustavo S. Leonardos: Estamos abertos para sugestões. Esperamos que esse projeto de lei se concretize até o final deste ano ou no começo do ano que vem. Estamos à disposição de todos para receber propostas, para debater, e eventualmente encaminhar como emenda ao projeto.

Audiência pública sobre o anteprojeto de lei de combate à pirataria

A Comissão de Educação do Senado Federal promoveu a audiência pública para debater o anteprojeto de lei de combate à pirataria no dia 31 de outubro. A ABPI foi a única representante do setor privado convocada.

A audiência pública foi promovida pela Comissão de Educação do Senado Federal em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Presidiu os trabalhos o senador Cristovam Buarque e a mesa foi integrada pelo delegado da Polícia Federal Arcelino Damasceno; presidente da ABPI, Gustavo S. Leonardos; coordenador especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal, Mauro de Brito; procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Lilian Moreira Pinho; e o desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, autor de livro sobre indenização punitiva, convidado pelo presidente da ABPI.

Durante a audiência, a procuradora de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, Lilian Pinho, sugeriu que as regras para combate à pirataria sejam reunidas em um código e o senador Flávio Arns aceitou e preconizou a apresentação de proposta ainda este ano.

Com essa nova proposta, o anteprojeto de lei de combate à pirataria poderá ser transformado em projeto de código contra esse tipo de crime e incluiria a biopirataria, para proteger a fauna e a flora brasileiras. Além da indústria de áudio e vídeo, o código abrangeria a pirataria de *softwares*, na área de informática.

O desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estudioso e autor de livro sobre o tema, defendeu a indenização punitiva como um dos instrumentos contra a pirataria. O presidente da ABPI ressaltou a importância dessa exposição do desembargador porque a nota técnica feita pelo Senado Federal diz claramente que o Poder Judiciário não concede nunca a indenização punitiva, quando hoje já existem hipóteses de indenização punitiva, acórdãos se referindo à indenização punitiva.

Recursos

O coordenador especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal, Mauro de Brito, afirmou que os órgãos públicos estão cumprindo o seu papel e sua missão no combate à pirataria. Ele observou que é necessário um melhor aparelhamento com mais recursos humanos e materiais para o combate a esse tipo de crime e ao contrabando.

Já o delegado da Polícia Federal (PF) Arcelino Damasceno sugeriu que o consumidor de produtos piratas também seja punido. Ele informou que a PF intensificou o combate à pirataria na Ponte da Amizade e no lago de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, e reforçou o efetivo da Delegacia de Guaíra, no Paraná. O presidente da Associação Brasileira de Propriedade Industrial, Gustavo Leonardos, defendeu maior rigor na legislação de combate a esse crime.

Flávio Arns propôs que a série de audiências públicas sobre o anteprojeto seja encerrada e se passe à fase de elaboração do projeto, que, assinalou, poderá ser apresentado ainda este ano.



Foto: Jane de Araújo/Agência Senado

Na audiência pública, da esquerda para a direita: Arcelino Damasceno, Gustavo Leonardos, Mauro de Brito, Cristovam Buarque, Lilian Moreira Pinho e André Gustavo Corrêa de Andrade.

Brasil considera disputar direção geral da OMPI

De Genebra vem a notícia de que o Brasil está considerando disputar a direção geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Isso foi dito pelo embaixador brasileiro em Genebra, Clodoaldo Hugueney, que afirmou que o Brasil vê necessidade de que essa entidade - que através de tratados regulamenta a produção, distribuição e uso de tecnologia e do conhecimento - leve mais em conta a dimensão do desenvolvimento. O informe dá conta da existência de dois candidatos brasileiros: Graça Aranha, ex-presidente do INPI e atual funcionário da OMPI, e o atual presidente do INPI, Jorge Ávila. O Boletim da ABPI nº 80 (outubro/novembro de 2006) publicou notícia sobre Protocolo de Madri que reproduz artigo de Gustavo S. Leonardos, do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 27 de novembro de 2006, no qual comenta os cargos da OMPI e os desmentidos do INPI (páginas 3 e 8 – http://www.abpi.org.br/pdfs/boletim/Bol80.pdf).

EMERJ homenageou diretores da ABPI

A Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ outorgou a "Medalha EMERJ" ao presidente da ABPI Gustavo S. Leonardos e ao diretor-tesoureiro Herlon Monteiro Fontes, para homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica, ao Poder Judiciário e à sociedade brasileira. As medalhas foram entregues em solenidade realizada no dia 6 de dezembro de 2007, no Auditório Antonio Carlos Amorim, no Palácio da Justiça, do Rio de Janeiro. Foram oferecidos aos homenageados um recital com a harpista Cristina Braga e um jantar no JW Marriott, em Copacabana.

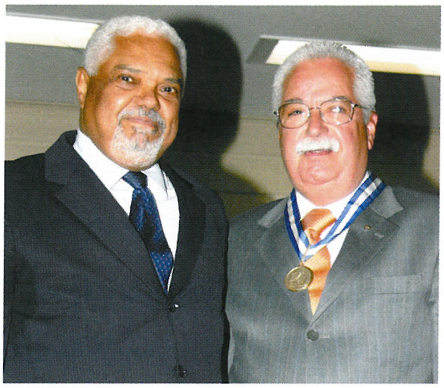


Fotos: Rosane Naylor Pereira

A mesa da cerimônia realizada no Palácio da Justiça do Rio de Janeiro foi composta pelo Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura (ao centro), diretor geral da EMERJ, que presidiu os trabalhos e os Desembargadores (da esquerda para a direita) José Carlos Maldonado de Carvalho, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Roberto Wider, Ronald dos Santos Valladares, Nildson Araújo da Cruz e Antonio Carlos Esteves Torres, todos membros do Conselho Consultivo da EMERJ.



O desembargador Antonio Carlos Esteves Torres, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Gustavo S. Leonardos.



O desembargador Antonio Carlos Esteves Torres, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e Herlon Monteiro Fontes.

Abaixo, os certificados que acompanharam as medalhas EMERJ.



A ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
concede a MEDALHA EMERJ
ao Senhor Doutor

Gustavo Starling Leonardos

Presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual

em razão dos relevantes serviços prestados à Cultura Jurídica e à Sociedade Brasileira.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2007.

Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura
Diretor-Geral



A ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
concede a MEDALHA EMERJ
ao Senhor Doutor

Herlon Monteiro Fontes

Diretor-Tesoureiro da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual

em razão dos relevantes serviços prestados à Cultura Jurídica e à Sociedade Brasileira.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2007.

Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura
Diretor-Geral

Nova eleição na ABPI

Realizou-se a Assembléia Geral Ordinária da ABPI, no dia 22 de novembro, conforme os procedimentos eleitorais previstos no Estatuto, com convocação e divulgação da ordem do dia. Um dos itens principais da agenda foi a eleição da chapa inscrita dos integrantes do Comitê Executivo e Conselho Diretor para o biênio 2008-2009. A AGO foi realizada com a presença de 185 associados aptos a votarem. A chapa candidata, entretanto, não teve votos favoráveis em quantidade que ultrapassasse a metade dos associados com direito a voto presentes, de acordo com o que determina o § 2º do artigo 7º do Estatuto da ABPI. Diante disso, foi aberto novo processo eleitoral para o recebimento do registro de chapa(s) dos integrantes candidatos ao Comitê e ao Conselho. O § 7º do artigo 7º do Estatuto prevê o prazo de sessenta dias para o registro das candidaturas, a contar de 22 de novembro.

A Assembléia Geral Ordinária está convocada para o dia 13 de março de 2008, com início às 15 horas, e às 15h30, em segunda convocação, e a ser realizada à rua da Alfândega, 108, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro. Os interessados poderão ver, no sítio eletrônico da ABPI (www.abpi.org.br), a ata da AGO de 22 de novembro, cópias do livro de presença, das cédulas de votos e procurações apresentadas.